



## PSDB atua para esclarecer participação de Mercadante no dossiê dos aloprados

O PSDB apresenta nesta terça-feira (21) três requerimentos de convocação para o ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, esclarecer sua participação no escândalo dos aloprados. O partido ainda encaminhará dois convites a Expedito Veloso, secretário-adjunto de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal. Os pedidos serão feitos às comissões de Segurança Pública, Ciência e Tecnologia e Fiscalização Financeira e Controle da Câmara.

Reportagem da revista "Veja" desta semana aponta Mercadante como um dos mentores do plano envolvendo petistas na compra de um dossiê contra o então candidato tucano ao governo paulista, José Serra, em 2006. Na quarta-feira (22), a legenda ingressa com representação no Ministério Público Federal e com um ofício na Polícia Federal solicitando a reabertura da investigação.

"Tendo em vista que o caso acabou insolúvel, esse depoimento pode nos dar a oportunidade de reabrir o

processo e tentar buscar os culpados", declarou o líder do PSDB na Câmara, **Duarte Nogueira (SP)**, em entrevista à Rádio CBN.

Para o deputado **Antonio Imbassahy (BA)**, os fatos são graves e comprometem Mercadante. "Queremos que o ministro se pronuncie, senão, mais uma vez, o governo ficará comprometido. No momento em que esperávamos um movimento de pacificação na gestão Dilma Rousseff, depois da turbulenta demissão de Antonio Palocci, aparece outra autoridade com denúncias graves", afirmou.

De acordo com o parlamentar, o histórico do PT é acobertar envolvidos em irregularidades. "Eu espero que o partido puna os responsáveis por atos ilícitos. Mas não é essa a história. No mensalão, o ex-presidente Lula cuidou de proteger os companheiros. Vimos o retorno festejado do ex-tesoureiro Delúbio Soares, conhecido por operar desvios de recursos. Depois, Lula fez de tudo para que Palocci permanecesse."



### Memória

*Às vésperas do primeiro turno das eleições de 2006, a Polícia Federal prendeu em um hotel de São Paulo um grupo de petistas com R\$ 1,7 milhão. O dinheiro seria usado para a compra de documentos falsos que ligariam o tucano José Serra, candidato ao governo paulista, a um esquema de fraudes no Ministério da Saúde.*

**@ Punir envolvidos no escândalo implodiria convivência com malfeitos que marcaram era Lula**

### Jutahy afirma que regime especial de licitação é atentado à democracia

Ao destacar o vigésimo terceiro aniversário do PSDB, partido responsável pela estabilização da economia e criação da rede de proteção social, o deputado **Jutahy Junior (BA)** definiu a aprovação do texto básico da medida provisória (MP 527/11) que cria o Regime Diferenciado de Contratações (RDC) como um atentado à democracia brasileira e à transparência.

A política de desenvolvimento implantada no governo Fernando Henrique Cardoso, segundo o parlamentar, está ameaçada pela institucionalização das regras que afrouxam as licitações para as obras da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Na opinião de Jutahy, o PT se preocupou apenas em lotear as estatais, autarquias e órgãos públicos.

"Desde que o Partido dos Trabalhadores assumiu a Presidência, outra coisa não fez a não ser aparelhar o Estado com os companheiros, em desproporção vergonhosa, que chega a quase 60% no serviço público federal, em virtude da criação de milhares de cargos de livre nomeação", criticou o tucano, em

discurso no plenário da Câmara.

A medida dificulta a fiscalização e, em relação à contratação integrada, dispensa a obrigatoriedade de projeto básico prévio ao certame. "O que passa a pesar na escolha do licitante são as notas que uma comissão do governo atribui às propostas, possibilitando direcionar os pregões", reprova.

A matéria autoriza ainda, segundo o deputado, aumento de até 25% no orçamento de novas obras e de até 50% nas reformas. O texto permite que os valores permaneçam em sigilo, disponíveis apenas aos órgãos de fiscalização. "Fato gravíssimo, pois retira a transparência nas negociações oficiais, ofendendo o princípio constitucional da publicidade", condena.

"Ao permitir alterações unilaterais do objeto contratado quando o vencedor não assinar o contrato e o segundo colocado ganhar a licitação com o seu preço e não com o valor do vencedor, como determina a Lei 8.666/93, é outra afronta à equidade nas compras públicas", conclui.

**25%**

*É quanto poderá aumentar o orçamento de novas obras para os eventos esportivos, de acordo com o RDC. O valor de reformas pode crescer em até 50%.*

## Comércio livre de carros roubados na Bolívia reforça falta de vigilância nas fronteiras, avaliam parlamentares

Os deputados **João Campos (GO)** e **Fernando Francischini (PR)** afirmam que os automóveis roubados no Brasil e vendidos livremente na Bolívia refletem a falta de uma política externa eficiente do governo federal. Segundo os tucanos, a presidente Dilma Rousseff despreza a segurança nas fronteiras, contrariando o discurso de campanha.

A “Folha de S.Paulo” mostra que automóveis de diferentes marcas, modelos e estado de conservação são expostos como numa feira a céu aberto no país vizinho. Carros avaliados em R\$ 27 mil saem por R\$ 5,6 mil perto da fronteira com o Brasil. Há duas semanas, o presidente Evo Morales promulgou uma lei para regularizar os veículos roubados, piorando a situação.

Na opinião de Francischini, a iniciativa boliviana estimulará o delito. “A política de registro de automóveis é

a consumação dos crimes aqui no Brasil. A partir do momento que facilita a legalização de carros roubados, Evo Morales incentiva a prática”, lamentou. O tucano ressaltou que os veículos encaminhados ao país vizinho são trocados por cocaína.

O deputado cobra uma providência urgente por parte das autoridades brasileiras. “A presidente Dilma tem que determinar ao embaixador na Bolívia que faça uma moção internacional de repúdio nessa ação do governo”, declarou.

João Campos defende um acordo entre as duas nações em relação à fronteira, cujo objetivo é impedir a venda ilegal de carros. “Sem um esquema de colaboração bilateral, as autoridades brasileiras, em especial as polícias, ficam sem ação e as vítimas são prejudicadas”, avalia o deputado. 

### Feirão ilegal

- Na Bolívia, carro no valor de R\$ 27 mil é vendido por R\$ 5,6 mil.
- O Exército deflagrou a Operação Atalaia para combater o crime.

## Após prisão de Rainha, tucanos cobram mais controle de verbas repassadas a entidades

Diante da prisão do líder sem-terra José Rainha Júnior e outras nove pessoas por desvio de verbas destinadas a assentados no Pontal do Paranapanema (SP), os deputados **Raimundo Gomes de Matos (CE)** e **Alfredo Kaefer (PR)** cobraram mais fiscalização no repasse de recursos públicos. Integrantes da Comissão de Agricultura, os tucanos acreditam que falta acompanhamento na utilização do dinheiro.

Reportagem do jornal “O Globo” revela que o Tribunal Regional Federal (TRF) de São Paulo negou o pedido de habeas corpus para libertar Rainha. Segundo as investigações, foram desviados ao menos R\$ 5 milhões.

Gomes de Matos lamenta o fato de não haver acompanhamento dos valores destinados a movimentos sociais. “Não é novidade constatar que o líder do MST utiliza mal as verbas e toma atitudes antidemocráticas. O desvio em Paranapanema só agrava sua situação.”

Segundo a Polícia Federal, a investigação começou há cerca de 10 meses para apurar crimes de apropriação indébita e extorsão contra os assenta-

dos, além de estelionato, peculato e formação de quadrilha. O inquérito apontou que o grupo utilizou associações civis, cooperativas e institutos para subtrair ilegalmente recursos públicos.

Ao ser questionado sobre a timidez do Planalto com a questão, Gomes de Matos disparou: “O populismo de Lula fez com que a sociedade ficasse anestesiada. As ações necessitam de transparência. Isso precisa ser feito em todos os setores, já que a cada dia surgem mais escândalos e denúncias”.

Kaefer defende que a reforma agrária seja feita sem invasões, com respeito aos contratos e à propriedade privada. “Uma coisa é defender a reforma, buscar assentamento, colocar as pessoas nos terrenos. Outra é banditismo, como há muito tempo o líder sem-terra tem feito, utilizando de forma errada os recursos destinados para essa área”, ressaltou. “Lamentavelmente algumas pessoas tidas como donas do poder acabam acobertando essas práticas. A justiça está sendo feita. É preciso colocar ordem”, completou.  

### R\$ 5 milhões

*Foi o valor desviado de verbas destinadas aos programas de assentamento.*

### Leia também em nosso blog:

- Vaz de Lima exige transparência do governo na liberação de benefícios fiscais 
- Paulo Abi-Ackel pede explicações de ministro da Educação sobre procedência de livros didáticos
- Marcio Bittar defende ficha limpa para nomeação de cargos comissionados
- Artigo: “Política industrial, BNDES e prioridades orçamentárias”, por Marcus Pestana
- Direto do Twitter, com os deputados Duarte Nogueira (SP), Raimundo Gomes de Matos (CE) e Fernando Francischini (PR) e a senadora Marisa Serrano (MS)
- Direto do Plenário, com o deputado Jutahy Junior (BA) e os senadores Alvaro Dias (PR) e Cícero Lucena (PB)

**EXPEDIENTE** - Câmara dos Deputados - Anexo II, sala 131 CEP 70160-900 Brasília (DF) ■ Telefone: (61) 3215-9351 ■ Fax: (61) 3215-9350

■ Coordenador de redação: Marcos Côrtes ■ Editores: Elisa Tedes e Gabriel Garcia ■ Reportagem: Alessandra Galvão, Artur Filho, Djan Moreno, Laize de Andrade e Letícia Bogéa ■ Editora da Rádio PSDB: Ana Maria Mejia ■ Diagramador: Francisco Maia ■ Op. de áudio: Elyvio Blower

As notas com conteúdo adicional no blog estão identificadas com , enquanto aquelas com boletim de rádio disponível em nosso site têm o símbolo 